

O trabalho de assistente social junto a organizações coletivas

Elaine Martins Moreira¹

Resumo

O texto traz reflexões introdutórias sobre o trabalho de assistentes sociais junto a organizações sociais e políticas da classe trabalhadora. A dimensão política da questão social, objeto de trabalho da categoria, impõe uma formação teórico-prática que habilite profissionalmente a ação neste campo. Destaca ainda, as potencialidades dessa relação no âmbito da formação acadêmica por meio da extensão universitária.

Palavras chaves: SERVIÇO SOCIAL - MOVIMENTOS SOCIAIS - QUESTÃO SOCIAL - TRABALHO - EDUCAÇÃO

Abstrac

The text provides introductory reflections on the work of social workers with social and political organisations of the working class. The political dimension of the social question, which is the object of the category's work, requires theoretical and practical training to enable professional action in this field. It also highlights the potential of this relationship in the context of academic training through university extension.

Key words: SOCIAL WORK - SOCIAL MOVEMENTS - SOCIAL QUESTION - LABOUR - EDUCATION

¹ Assistente social formada pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Campus Toledo). Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Docente na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ). Coordenadora do Laboratório Questão Agrária em Debate da Escola de Serviço Social UFRJ.

Correo electrónico: e.moreira@ess.ufrj.br

Introdução

Este texto é um desdobramento da interlocução iniciada durante o V Encuentro Latinoamericano de profesionales, docentes y estudiantes de Trabajo Social - Tandil/Argentina, (18, 19 y 20 de mayo de 2023), mais especificamente, através da mesa “Trabajo profesional, políticas y organizaciones sociales. tensiones y desafíos presentes”. Na ocasião compartilhamos a experiência coletiva realizada na Escola de Serviço Social da UFRJ que construímos na pesquisa e extensão universitária junto a organizações de camponeses - Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – e seus rebatimentos para a formação e trabalho de assistentes sociais.

Por meio desta comunicação se espera trazer reflexões para o campo do Serviço Social, especialmente, no que se refere à formação acadêmica pensando na habilitação de futuros profissionais, pois nos parece que o trabalho com organizações coletivas, além de uma adesão individual, carece de estudo e preparo técnico para que assistentes sociais tenham mais recursos teórico-metodológicos e ético-políticos para fazer frente às demandas institucionais, históricas, dos empregadores, que individualizam e focalizam a prática profissional como se as situações trazidas pelos sujeitos não fossem expressões singulares de uma problemática mais estrutural manifesta por meio de um conjunto de desigualdades sociais.

Assim, vamos tentar desenvolver algumas ideias que estamos esboçando sobre este tema a partir do exercício na docência, da leitura de autores do Serviço Social das ciências sociais de maneira geral, e, especialmente, provocadas com a experiência de extensão e pesquisa junto a movimentos sociais camponeses no Brasil. Esses elementos de diálogo passam por questões relativas ao projeto profissional, a dimensão política da profissão e o lugar da extensão universitária para a formação crítica de assistentes sociais.

Projeto Profissional do Serviço Social e movimentos sociais

O Serviço Social brasileiro consolidou no início dos anos 1990 a orientação em sua formação acadêmica fundada numa análise teórica crítica à sociabilidade capitalista. Essa perspectiva foi gestada e construída por segmentos da categoria profissional nas décadas anteriores - incluindo o protagonismo do movimento estudantil -, sendo fruto da interação com a universidade pública, com movimentos sociais e setores da esquerda que, por exemplo, enfrentaram a ditadura militar, além de outros coletivos políticos e culturais do campo democrático².

Este período de gestação da renovação profissional ocorreu coincidentemente com a inserção da universidade brasileira em ações de extensão, como veremos adiante. A universidade brasileira nasceu, tardiamente, na primeira metade do século XX. Foi só a partir dos anos 1950 e 1960 que ela despertou para o seu compromisso social, muito por influência de movimentos sociais, particularmente, com a participação da União Nacional dos Estudantes (UNE) com seu projeto “UNE Volante”, que previa uma mobilização nacional a partir de caravanas pelo país. Destaque-se, nesse período, o trabalho de Paulo Freire, criando o Serviço de Extensão Cultural, na Universidade do Recife, bem como o Movimento de Cultural Popular (MCP), o Movimento de Educação de Base (MEB) e o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE (Gadotti, 2017: 1).

² Este processo é pesquisado e analisado com muita propriedade por José Paulo Netto em sua obra “Ditadura e Serviço Social”, publicada pela editora Cortez.

Todo este contexto histórico influencia na consolidação de uma interpretação crítica das relações sociais, suas determinações e desdobramentos para a formação e intervenção profissional, que se convencionou chamar “Projeto Ético-político do Serviço Social”. Ele se materializa em documentos profissionais como, por exemplo, nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e no Código de Ética do Assistente publicado em 1993 pelo Conselho Federal de Serviço Social. No documento de Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social do Ministério da Educação, de 1999, se afirma sobre o perfil profissional esperado: “*Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais*”(MEC, 1999: 1).

Por esta passagem, se vê que os movimentos sociais são entendidos como um espaço de intervenção profissional de assistente social, o que requer, portanto, competência profissional neste campo, não se tratando de uma adesão individual eventual ou de uma decisão das pessoas mais vinculadas à “militância”.

Antes de falarmos mais sobre a intervenção profissional nestes espaços cabe uma ponderação sobre o que chamamos de movimento social, já que envolve definições bastante genéricas e, por vezes, com perspectivas díspares. Para tanto, nos apoiamos nos estudos de Maria da Glória Gonh:

Definições já clássicas sobre os movimentos sociais citam como suas características básicas o seguinte: possuem identidade, têm opositor e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade. Historicamente, observa-se que têm contribuído para organizar e conscientizar a sociedade; apresentam conjuntos de demandas via práticas de pressão/mobilização; têm certa continuidade e permanência (Gonh, 2011: 4).

Nos parece fundamental para o diálogo do Serviço Social com movimentos sociais a identificação do que a autora coloca como “projeto de sociedade”. Refere-se, portanto, a coletivos mais organizados em torno de demandas concretas no campo dos direitos e práticas contestatórias, de lutas, reivindicatórias, etc.

Agora, cabe perguntar: sendo estes movimentos de caráter popular, como se dará a intervenção profissional do assistente social que por sua vez desenvolve uma atividade assalariada? Diante voltaremos nisso.

Ainda sobre o registro desta direção social para a profissão: ela tem se expressado, também, em muitos projetos políticos pedagógicos dos cursos de graduação em Serviço Social, nos posicionamentos das entidades profissionais, bem como, na atuação do movimento estudantil³ seja via a entidade nacional ou coletivos de pessoas negras e coletivos feministas que têm se organizado no interior do conjunto profissional/estudantil.

Neste projeto profissional, a *questão social* é tida como o objeto da ação profissional: “*A relação do Serviço Social com a questão social - fundamento básico de sua existência - é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho*” (ABEPSS, 1996/2021: 22). Marilda lamamoto

³ Ver mais Teixeira, J. B. y Braz, M (2009) por meio do link: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf>.

bem sintetiza a compreensão sobre estas variadas expressões das relações sociais capitalistas que vêm a ser objeto da ação profissional.

A “questão social” condensa múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, relações com o meio ambiente e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. [...] Esse processo é denso de conformismos e rebeldias, expressando a consciência e luta que acumule forças para o reconhecimento das necessidades de cada um e de todos os indivíduos sociais. Foram as **lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho**, extrapolando a questão social para a esfera pública. Ela passa a exigir a interferência do Estado no reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos, consubstanciados nas políticas e nos serviços sociais, mediações fundamentais para o trabalho do assistente social (Iamamoto 2013: grifo nosso).

Sem as interpelações dos sujeitos coletivos/organizados não é possível compreender quando e, porquê, situações de desigualdade se tornam uma “questão” a ser respondida pelo Estado especialmente, e, pela classe dominante economicamente em alguma medida, já que é a maior interessada na manutenção da “ordem social”.

Nosso destaque feito às “lutas sociais” parte de uma compreensão de que a dimensão política da questão social é absolutamente relevante para compreendermos as relações sociais e nos distintos espaços de ocupação a relação com coletivos e grupos populares pode estar colocada, cabendo ao profissional fazer a sua identificação; isso passa também pelo reconhecimento da realidade local de um determinado território. Para tanto, uma formação teórico-crítica é absolutamente relevante. A formação acadêmica, segundo a ABEPSS, deve ter a *“Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade”* (ABEPSS, 1996/2021:24). Por conseguinte, essa fundamentação deve levar a um compromisso prático-concreto, caso contrário, é inócua.

Neste pequeno texto não poderemos abordar todas as dimensões do projeto profissional, por isso, enfatizamos as suas menções mais diretas a relação de assistentes sociais com as organizações populares e/ou movimentos sociais.

Sendo a categoria profissional, majoritariamente, composta por servidores públicos é interessante pensar como este vínculo possibilitaria uma atividade mais direcionada a estes coletivos. O questionamento também envolve profissionais que se encontram na docência no magistério superior, mas possuem a formação de bacharéis em Serviço Social. Estes, via de regra, são contratados com regime de estabilidade no emprego, o que poderíamos dizer, lançando mão do que apontou Iamamoto (2009) lhe confere um grau maior de “autonomia relativa”, ainda que isso não exclua a condição de trabalhadores que vivem de salário.

Verifica-se, pois, uma tensão entre o trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, as demandas dos sujeitos de direitos e a relativa autonomia do profissional para perfilar o seu trabalho. Assim, o trabalho do assistente social encontra-se sujeito a um conjunto de determinantes externos, que fogem ao seu controle do indivíduo e impõem limites,

socialmente objetivos, à consecução de um projeto profissional coletivo no cotidiano do mercado de trabalho. Alargar as possibilidades de condução do trabalho no horizonte daquele projeto exige estratégias político-profissionais que ampliem bases de apoio no interior do espaço ocupacional e somem forças com segmentos organizados da sociedade civil, que se movem pelos mesmos princípios éticos e políticos (Iamamoto, 2009: 16)

A autora, destarte aponta elementos condicionantes da atividade profissional, também sinaliza as “pontes” que podem ser construídas com estratégias político-profissionais coletivas. É mister destacar que estas possibilidades de alargamento de ações de um horizonte de ampliação de acessos aos bens sociais vão também ter inferências conjunturais e territoriais, incluindo questões locais que podem ter situações diferenciadas dentro da mesma nação.

No âmbito da formação acadêmica de assistentes sociais, percebemos a necessidade de contemplar de forma mais enfática e precisa onde está a dimensão contestatária dos setores oprimidos da sociedade, diante das diversas situações de desigualdade que vivenciam. Fundamentalmente, quando se opta por uma formação que se opõe à naturalização da questão social, por consequência, cabe evidenciar como a insubordinação de trabalhadores - em suas diversas possibilidades de manifestação - incide sobre o campo dos direitos e da política social. Por exemplo, quais foram as ações, manifestações mais ou menos organizadas que levaram a criação de um determinado direito, projeto ou política pública estudada e operacionalizada por assistentes sociais?

É verdade que a ideologia dominante atua gerando processos de alienação, apassivamento e cooptação⁴, todavia, há também uma diversidade de movimentos, coletivos, associações que estão organizados combatendo distintas “expressões da questão social”, cotidianamente. Isso precisa ser estudado de modo transversal e permeado pelas respostas que tais contestações geram, sejam elas respostas políticas ou repressivas.

No campo da intervenção, nos parece que mais do que espaço de emprego as organizações populares devem estar entre as forças políticas a serem observadas em cada território em que o profissional age. Anteriormente, nos perguntamos como poderia o assistente social trabalhar junto a organizações populares. Mais do que uma ocupação no mercado de trabalho, se trata de um compromisso com um determinado projeto coletivo de sociedade. Isso pode ocorrer em qualquer espaço ocupacional.

No entanto, alguns espaços terão mais autonomia profissional⁵. A universidade pública certamente é a principal dentre eles, não por acaso, costuma se afirmar, que nela está a vanguarda profissional. Este grupo, não deve se limitar a dar a direção hegemônica das entidades profissionais e da produção teórica, mas formar assistentes sociais por meio do exercício prático desta direção social com iniciativas que sua condição trabalhista pode permitir. Mesmo que não seja a universidade pública a formadora da totalidade do corpo profissional, - quantitativamente está longe de formar a maioria por conta dos inúmeros cursos privados e até mesmo de educação à distância, implementados nas décadas

⁴ Para aprofundamento nestes conceitos ver a obra de Mauro Iasi, entre outros.

⁵ Autonomia relativa. Conceito direcionado por Marilda Iamamoto (2009) para o Serviço Social.

recentes -, ela tem participação relevante. Especialmente, na formação de docentes por meio dos programas de pós-graduação.

O estudo e a pesquisa, portanto, são ações importantes para identificar os elementos limitantes e as possibilidades daquele espaço de ocupação, das relações presentes nele e no território que se insere. A identificação de sujeitos coletivos que de algum modo se relacionam com seu espaço de trabalho deve ser um elemento balizador da ação e um horizonte para construção de ações em comum. A iniciativa de buscar identificar estes sujeitos coletivos e exercitar o princípio ético-político da aliança com aqueles que se inserem na luta geral de trabalhadores com vistas a outra ordem social envolve um processo analítico bastante complexo.

Profissionais que afirmam vinculação com um projeto societário diverso ao capitalismo precisam estar permanentemente em sintonia com essas coletividades, até mesmo para reconhecer conjunturas em que os limites são mais presentes, e, recuos, talvez, necessários. O rigor teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo na formação acadêmica deve dar suporte para a análise das relações concretas que desenvolvem dentro de uma instituição empregadora e dela com a sociedade em geral.

Uma estratégia importante para o não isolamento de profissionais em conjunturas mais duras como as vivenciadas em tempos neoliberais e de ascensão da ultra direita pode ser a articulação com a universidade. A pesquisa e a extensão permitem ainda desenvolver ações de formação continuada junto a grupos profissionais, fazendo a atualização e a troca de saberes e, inclusive, construindo redes de trabalho, de organização e proposição de ações.

A extensão universitária como local estratégico no campo da formação

Como vimos no início deste texto, a universidade tem no Brasil pouco mais de 100 anos⁶ e a extensão universitária metade disso. Segundo Gadotti (2017) a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Brasileira (Lei 9.394/96) reforçou o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão – uma importante conquista legal já indicado como um preceito constitucional em 1988 -, porém, esta última ainda ficou subalterna na atividade acadêmica por muitas décadas ainda. Tanto isso é fato, que no início dos anos 2000, com participação significativa da sociedade civil organizada é construído o Plano Nacional de Educação que indica a curricularização da extensão universitária para “estimular” as unidades de ensino superior a realizá-la. Essa deliberação se torna a lei 13005/2014 publicada na presidência de Dilma Rousseff, com a indicação de: “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”.

Após esta importante medida duas outras ações, ao menos, são necessárias: o dispêndio de recursos do orçamento público para viabilizar os trabalhos extensionistas, pois ocorrem fora do espaço físico da universidade e, formação e adesão dos docentes e demais agentes universitários para a proposição de ações com ênfase no que a lei denominou de pertinência social. Se nota com isso, a orgânica vinculação da extensão universitária com a realidade social. E isso vale para todos os cursos. Ainda que desafiadora a incorporação deste quantitativo de horas da extensão universitária, porque ocorre,

⁶ Antes disso, há registro de algumas faculdades isoladas de Direito e Medicina, predominantemente, criadas no início do século XIX um pouco antes da independência do Brasil de Portugal.

predominantemente, fora dos muros da universidade e com isso demanda maior investimento orçamentário, nos parece que foi uma decisão salutar para aproximar mais a universidade pública brasileira da realidade da maioria da população trabalhadora.

Além de tardia a criação da universidade no Brasil ela também por muito de muitas décadas foi muito elitista, com um acesso restrito às camadas médias e altas da sociedade, tanto que somente nos anos mais recentes o número de pessoas com formação universitária no Brasil se aproxima do número de outros países latino-americanos. Historicamente, a entrada via processos seletivos pagos, com nível de exigência de conteúdos maior do que a escola pública poderia ofertar à massa da população e, fundamentalmente, a restrição de vagas fazia com que a maior parte dos ingressantes fossem provenientes do ensino da rede escolar privada.

Não podemos deixar de destacar como foram fundamentais as políticas de ações afirmativas para pessoas negras, indígenas e pessoas provenientes do ensino público, com renda per capita mais baixa. A reserva de vagas⁷ nos processos de ingresso no ensino superior acabam sendo uma via possível já que no Brasil o ensino universitário não há entrada universal.

A ampliação de vagas por meio da criação de novas unidades de ensino também merece destaque. Durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff foram criadas dezenas de universidades, muitas delas num processo de interiorização tirando ensino superior apenas das metrópoles ou grandes cidades do país, favorecendo também a democratização do acesso⁸. Segundo a Revista Fapesp, nas últimas décadas foram criadas 27 universidades e 19 institutos de ensino superior públicos. Isso promoveu movimentações interessantes no país, para além da elevação dos indicadores educacionais. Há movimentos na economia local, no perfil do público com ingresso de pessoas provenientes de camadas sociais até então minoritárias no ensino superior, entre outras questões. Com o retorno de Lula à presidência, novas unidades acadêmicas foram anunciadas no ano de 2023, com ênfase a áreas mais deficitárias como Medicina, e, particularidades regionais.

Ao longo desses últimos 10 anos na Escola de Serviço Social, trabalhando mais diretamente com os movimentos camponeses, desenvolvemos um conjunto de atividades entre elas: apoio comercialização de alimentos via feira, contribuimos para a construção de um sistema de comercialização de cestas agroecológicas - que iniciou dentro da universidade e depois se expandiu pela cidade - este sistema teve total suporte estudantes e docentes do curso de Serviço Social para sua iniciação e depois foi recebendo outros grupos de pesquisa e outras pessoas voluntárias que contribuíram para que o mesmo se ampliasse

O Laboratório Questão Agrária em Debate na ESS/UFRJ

A experiência coletiva do Laboratório Questão Agrária em Debate (QADE) na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ) foi iniciada em 2012. As docentes integrantes do grupo já desenvolviam anteriormente atividades de extensão, mas, nessa ocasião, se coloca a oportunidade de trabalho conjunto UFRJ e com isso tem

⁷ Nos anos mais recentes há outras ações afirmativas como, por exemplo, para pessoas com deficiência.

⁸ Este processo não foi isento de contradições, as quais não poderemos adentrar por não ser este o objeto central deste texto.

início a formação, primeiramente, de um grupo de estudos junto com estudantes de graduação pós-graduação. Logo na sequência são iniciadas as atividades de extensão.

Neste período, cabe registrar, a unidade acadêmica implementou uma turma específica com estudantes provenientes de áreas assentamentos do MST e demais movimentos camponeses por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). A operacionalização se dava via convênio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Não se pode negar que essa experiência foi bastante motivadora para a criação do Laboratório, além da compreensão das coordenadoras da necessidade de trazer com mais efetividade para o interior da formação acadêmica do Serviço Social os debates sobre a relação da questão social com a questão agrária, suas particularidades no Brasil e na América Latina, a relevância dos movimentos sociais para, justamente, evidenciar e tensionar a questão social e compreender o próprio capitalismo vigente no Brasil.

Nestes marcos também os projetos de extensão logo foram entendidos como possibilidade de estágio recebendo estudantes da turma PRONERA e também estudante da turma “dita regular” do curso noturno. Os trabalhos de campo se iniciaram no Assentamento Fazenda Alpina em Teresópolis/Rio de Janeiro e monitoramento de políticas públicas voltadas para os trabalhadores do campo no município.

Com o acompanhamento das demandas de trabalhadores camponeses no território logo demonstrou a necessidade de alternativas para escoamento e comercialização dos produtos da agricultura familiar, para que não precisasse ficar refém de atravessadores. É então que o QADE vai ser parceiro das primeiras iniciativas de comercialização de alimentos em espaços de feiras e também com entregas via encomendadas por meio de “Cestas” de alimentos, as quais terão, inicialmente, como ponto de entrega o *campus* da universidade. Essa iniciativa ao longo dos anos vai se expandindo para outros territórios da cidade do Rio de Janeiro, conforme vai se consolidando o Movimento dos Pequenos Agricultores no estado do Rio de Janeiro. O MPA já existia no Brasil desde 1996, mas será na segunda década dos anos 2000 que iniciará a sua formação de base junto ao campesinato fluminense.

Com apoio do Laboratório e outros grupos que se engajam nessa ideia, a iniciativa da “Cesta Camponesa”⁹ do MPA vai crescendo e lança mão então de um *site* para que as pessoas interessadas nos alimentos agroecológicos possam fazer seus pedidos. Com a pandemia da covid-19, o MPA fez uma parceria com uma cooperativa de táxi para que as entregas passassem então a ser à domicílio. Nisso também o QADE contribui, especialmente, no cadastramento das pessoas interessadas junto a este site e na comunicação em grupos de redes sociais.

Sob a administração do governo central brasileiro numa perspectiva negacionista em relação a pandemia e ao enfrentamento da mesma, os movimentos sociais camponeses se organizaram para fazer ações de distribuição de alimentos às populações que tiveram a sua situação de insegurança alimentar agravada pela crise econômica e sanitária. No Rio de Janeiro também vai ocorrer iniciativas regulares de distribuição de alimentos nas favelas, as quais dentro das possibilidades e das restrições impostas pela pandemia serão acompanhadas pela coordenação do QADE e após a vacinação também por estudantes.

⁹ O sítio eletrônico é: www.cestacamponesa.com.br

No ano de 2021, visando mais uma possibilidade de incidência no interior da profissão, e, diante do contexto ainda de não aglomerações foi ofertado um curso para assistentes sociais de todo o país na modalidade remota tendo justamente a temática da relação entre Serviço Social, questão social e questão agrária como tema, sendo ele ministrado por integrantes dos movimentos sociais camponeses e docentes/pesquisadores. Ao final do curso se formou um grupo de assistentes sociais que permanece em diálogo.

Atualmente as atividades do laboratório QADE se dão, basicamente, em três frentes: uma no espaço físico “Raízes do Brasil” do MPA onde ocorre comercialização de alimentos por meio de feiras, cafés, almoços, promove debates e exibição de filmes, entre outros; atividades de campo no meio rural, especialmente, no município de Magé onde está em construção uma escola camponesa já denominada “Ana Primavesi” e também está no acompanhamento e monitoramento dos espaços de controle social, mais notadamente Conselho Municipal de Segurança Alimentar (CONSEA Rio) Outra atividade realizada é a Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (JURA) promovida anualmente em parceria com o MST, para troca de saberes e experiências entre universitárias e o movimento, já estando na 11ª edição.

No campo da pesquisa está em andamento um registro sobre as famílias camponesas do Rio de Janeiro, um balanço sobre a experiência da turma do PRONERA, bem como, o monitoramento das políticas públicas relativas à questão agrária e ambiental impulsionadas pelo governo federal.

Nestes mais de 10 anos de grupo algumas dezenas de estudantes passaram pela extensão e pesquisa junto ao QADE. Cerca de 10 trabalhos de conclusão de curso foram produzidos com a temática e ofertadas disciplinas eletivas e obrigatórias para o curso de graduação e pós-graduação da ESS/UFRJ com centralidade na questão da fome, produção de alimentos e das lutas sociais camponesas.

Também apoiamos a realização de eventos, seminários, contribuimos com sistematizações e elaborações de notas técnicas, fomos parceiros em cursos de formação, entre outros trabalhos técnicos. Ainda foi tema de reflexão como se denominaria esse trabalho. Em um primeiro momento, se denominou de assessoria, mas, em diálogo com MPA se chegou ao entendimento de que essa denominação não representava da melhor forma e o que acontecia, na realidade. É muito mais ação de parceria, de colaboração sem hierarquia da instância universitária sobre o movimento e os seus integrantes. E assim temos seguido entendendo a pesquisa e extensão como ferramentas que possibilitam a parceria da universidade com um conjunto de organizações sociais.

Apesar dos percalços, do contexto de avanço da ultradireita com o golpe aplicado sob o governo da ex-presidente Dilma em 2016, ainda assim o grupo subsiste. A posse de Lula em seu terceiro mandato no ano de 2023, lamentavelmente, não significa o represamento da ultra direita, das vertentes neofascistas no Brasil, entretanto, reabre canais de apoio à agricultura familiar camponesa como o Programa de Aquisição de Alimento (PAA) elementar para que sua subsistência econômica seja impulsionada e, por conseguinte, subsistência de toda a sociedade já que são estes sujeitos os principais responsáveis pela produção de alimentos mais saudáveis e de forma mais harmônica aos ciclos da com a natureza.

Sem pretensão de ser modelo de intervenção, é satisfatório para a equipe de coordenação do QADE e, nos anima, a possibilidade, de contribuir com a formação de profissionais que tenderão a ter como referência em sua prática os conhecimentos e

saberes, as lutas e resistências de povos originários do Brasil e da América Latina, do campesinato, e quiçá, tenham condições de colocar suas demandas como o horizonte de seu trabalho.

Considerações finais

Chegando ao final dessas breves reflexões sobre o trabalho de assistente social junto a organizações coletivas, reafirmamos que esta é uma habilidade que precisa ser estimulada e desenvolvida ao longo da formação profissional. Assim como se necessita aprender a fazer relatórios, laudos, perícias técnicas, propor e elaborar projetos, avaliar e monitorar políticas sociais, entre outros, também é necessário no âmbito da formação acadêmica abordar sobre o trabalho com organizações coletivas com competência técnica, a qual se sabe não é neutra. Para tanto, a adesão a um projeto profissional crítico é significativa. cremos que é ainda mais efetiva essa possibilidade quando estudantes podem vivenciar junto com professores alguns “exemplos” disso. A extensão e o estágio tem potencial de ilustrar experiências desta intervenção no campo da educação popular.

Estimular a participação de estudantes em coletivos estudantis e em seus territórios de moradia também acrescentam informações sobre os desafios do trabalho em coletividade, podem trazer reflexões e aportes metodológicos, que servirão de recursos no exercício profissional futuro.

Essa atuação, mais comprometida com a coletividade, implica estar acompanhada de valores que ultrapassam a esfera profissional e atravessam a sua vida e sociabilidade cotidianamente, enquanto cidadania. Pois não se trata de mera incumbência técnica no campo procedimental, são ações que se orientam por valores éticos e políticos pautados na defesa intransigente dos direitos humanos, na democratização da sociedade, na preservação da natureza e do ecossistema, na universalização do acesso aos bens e produzidos coletivamente¹⁰.

Vivemos em um contexto brutal de avanço do capitalismo onde práticas muito básicas da vida cotidiana foram suprimidas como o ato de cozinhar, há uma mercantilização geral da vida, dos afetos, da comunicação, entre outros. Portanto, nos parece que este olhar para coletividade não vai ocorrer apenas no âmbito profissional, mas incorpora uma visão de mundo, uma dimensão ética que atravessa a vida de cada pessoa.

Os tempos distópicos precisam ser confrontados com uma atitude esperançosa em relação a vida e ao mundo, como disse Paulo Freire, em sua obra *Pedagogia da Esperança*:

Não sou esperançoso por pura teimosia mas, por imperativo existencial e histórico. Não quero dizer, porém, que, porque esperançoso, atribuo à minha esperança o poder de transformar a realidade e, assim convencido, parto para o embate sem levar em consideração os dados concretos, materiais, afirmando que minha esperança basta. Minha esperança é necessária, mas não é suficiente. Ela, só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia (Freire, 1992: 06)

Que possamos compartilhar e exercitar o verdadeiro sentido do verbo esperar.

¹⁰ Antes disso havia algumas faculdades isoladas, fundamentalmente, da área do Direito e da Medicina criadas no início do século XIX.

Referências bibliográficas

- ABEPSS. (1996) Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Edição especial, 25 anos. Brasília, 2021. Disponível em: <<https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/diretrizes-curriculares-abepss-edicao-especial-25-anos-202112211258533905390.pdf>>.
- BRASIL. (2014) Aprova o Plano Nacional da Educação, Lei 1305 de 25 de junho de 2014. Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm
- CFESS. (1993) Código de Ética do Assistente Social. Brasília. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf.
- Freire, P. (1992) Pedagogia da Esperança. São Paulo. Paz e Terra. Disponível em:
- Gadotti, M. (2017) Extensão Universitária: Para quem? [https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria - Moacir Gadotti fevereiro 2017.pdf](https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf)
- Gohn, M da G. (2011) Movimentos Sociais na Contemporaneidade. In: Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-agosto. <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/?lang=pt&format=pdf>>
- MEC-SESU-CONESS, (1999). Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social. In: Diretrizes Curriculares. Brasília. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311140412406970.pdf.
- Iamamoto, M, V. (2013) O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais. In: SER Social, Brasília, v.15, n. 33, p261-384, jul/dez.
- _____. (2009) Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: ABEPSS/CFESS. Direitos sociais e competências profissionais. Brasília. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/iamamoto-201804131241048556780.pdf>.